

O PODER ANGOLANO EM PORTUGAL¹

*Ermelinda LIBERATO**

O relacionamento entre Portugal e Angola, historicamente muito intenso, tem merecido destaque negativo nos últimos anos na imprensa e opinião pública portuguesa e angolana. A crise económica e financeira que Portugal enfrenta desde 2011 colocou Angola como parceira estratégica primordial, posição que se deve sobretudo ao aumento do investimento de capital angolano em setores-chave da economia portuguesa. De que forma se impõe o poder angolano em Portugal, como se estabelecem as relações entre os dois países, o que está por detrás destes negócios, a interação entre os negócios e a política nos dois lados do atlântico, entre outras, são as propostas que Celso Filipe, jornalista português e subdiretor do semanário *Jornal de Negócios*, se propõe, de forma simples e concisa, porém consistente e elucidativa, abordar.

Para o efeito, traça primeiramente um retrato da sociedade, da economia e da política angolana nos últimos 38 anos, isto é, desde a proclamação da independência em 1975, até ao período de expansão do liberalismo, analisando pormenorizadamente, o período marxista ou de centralismo político e económico, essencial para a compreensão da situação económica e política atual em Angola. Faz igualmente referência aos nomes dos principais investidores angolanos em Portugal na atualidade, com destaque para Kopelipa, braço direito do presidente de Angola, para Manuel Vicente, atual vice-presidente da república e Isabel dos Santos, filha do presidente de Angola, realçando os seus principais negócios e áreas de investimento, quer em Angola quer em Portugal, as ligações entre os diferentes investimentos e respetivas conexões com o poder político e económico português.

* UAN – Universidade Agostinho Neto. Faculdade de Ciências Sociais. Luanda – Angola. ermelinda.liberato@gmail.com.

¹ Resenha da obra: FILIPE, Celso. **O poder angolano em Portugal**: presença e influência do capital de um país emergente. Lisboa: Planeta Editores, 2014. 118 p.

De seguida, o autor esboça um retrato das principais empresas portuguesas, públicas e privadas, que contaram com a entrada de capital angolano, as dificuldades de cada uma delas, como se processou a entrada desse capital e sobretudo as ligações com os angolanos. Nesta caracterização percebemos de forma clara como política e negócios se mesclam num mesmo ponto: capital económico. E é precisamente essa injeção de capital económico angolano na economia portuguesa que tem conduzido a um descontentamento por parte da opinião pública portuguesa em geral, que associa esse investimento angolano à “lavagem de dinheiro” (FILIPE, 2014, p.78) e à corrupção, assim como a uma atitude arrogante por parte dos angolanos, que os coloca numa posição de subserviência.

Do outro lado do atlântico, o descontentamento também se verifica na opinião pública angolana que se insurge contra os privilégios que os portugueses e as empresas portuguesas usufruem em Angola, a maneira principesca como estes são tratados, mas sobretudo, pela forma como a opinião pública portuguesa está a olhar negativamente para esse investimento questionando a integridade dos angolanos no geral. No entanto, esta aparente tensão não passa disso mesmo: aparência. Os angolanos continuam a ver Portugal como a sua segunda casa, para onde se dirigem anualmente pelos mais diversos motivos: lazer, educação, saúde, férias, entre outras, os investimentos angolanos e portugueses continuam nos dois países e os portugueses continuam a chegar a Angola em número elevado, numa tentativa de escaparem à crise económica que assola o seu país.

O livro termina com um capítulo conclusivo no qual se estrutura o potencial de Angola para se afirmar no continente africano, na dinâmica económica africana e mundial, para consolidar a sua posição enquanto parceiro estratégico de Portugal, mas sobretudo, para potenciar o seu próprio desenvolvimento e oferecer melhores condições de vida à sua população, pois, como o próprio autor alerta, “[...] o compromisso mais importante que os líderes angolanos têm que fazer é com o futuro do seu país e do seu povo” (FILIPE, 2014, p.114).

Um dos méritos da obra é de apresentar de forma sintética essa relação de promiscuidade entre política e negócios, bem como a forma como se entrelaçam as principais transações económicas estabelecidas entre os dois países. Em cada um dos exemplos apresentados fica claro que não se trata apenas de simples operações ou de boas oportunidades de negócios. Mas sim, por um lado, da necessidade de injeção de capital por parte da economia portuguesa, abertura de novos cenários de investimento como é o caso do mercado angolano que se encontra numa fase de crescimento e de expansão e, por outro, uma necessidade imperativa dos angolanos investirem no exterior, demonstrando o seu poder económico.

Podemos apontar ainda uma vontade de Angola se impor à Europa, utilizando para o efeito Portugal como porta de entrada. Aliás, essa é a ideia que nos dá a capa do livro: uma moeda de um euro, pintada com as cores da bandeira e a insígnia da República de Angola, dando assim a sensação de um equilíbrio de forças de onde poderá resultar no futuro, uma moeda comum entre aquele país e a zona euro. Por outro lado, essa relação de negócios pode estar assente em interesses mais pessoais do que nacionais, ou seja, o fato dos investidores angolanos quererem se salvar em relação às “[...] reticências quanto ao futuro de Angola, quando José Eduardo dos Santos sair de cena” (FILIPE, 2014, p.101) assim como a imagem de um certo “[...] revanchismo do ex-colonizado em querer colonizar o ex-colonizador” (FILIPE, 2014, p.78), impondo assim as suas regras.

Outro dos pontos focados pelo autor está relacionado com o crescimento económico que Angola tem registado nos últimos anos, resultado do fim de anos de conflito armado e dos preços elevados do petróleo, principal recurso económico do país, e que tem permitido essa relação de negócios entre os dois países, levando Filipe (2014) a caracterizar Angola como país emergente. Do nosso ponto de vista, o fato da economia angolana estar a registar um *boom* económico que tem conduzido o país a classificações positivas de desempenho por parte dos principais organismos internacionais (FMI, BM, empresas de rating), não quer dizer que este possa ser classificado de país emergente. Fatores como o petróleo continuar a ser a espinha dorsal da economia (mais de 90% das exportações) o que faz com que o país fique demasiado exposto a futuras crises desse recurso, de não ter conseguido, até à data, dinamizar o setor não petrolífero, de não haver maior investimento interno, da burocracia institucional, da corrupção enraizada na estrutura social, da fraqueza dos recursos humanos (falta de formação e informação), do baixo Índice de Desenvolvimento Humano – posição 148, índice 0.508 – (PNUD, 2014), entre outros, levam-nos a considerar que Angola ainda tem um longo percurso a trilhar até poder ser candidato a emergente e estar ao mesmo nível dos BRICS².

Assente em pesquisa bibliográfica e documental realizada nos dois lados do atlântico que reforcem a sua cientificidade e importância, a obra apresenta-se essencial para o público em geral e para investigadores e académicos de qualquer área do saber, pois se quisermos entender a realidade atual tanto de Angola como de Portugal, temos necessariamente que perceber a extensão do relacionamento entre os dois países. É com base nesta relação que depois se estabelecem outras, um

² BRICS – grupo de países que se encontram num estágio similar de mercado emergente, ou seja, apesar de serem considerados países em desenvolvimento, destacam-se pelo seu desempenho económico. As siglas indicam os países que fazem parte desse grupo, nomeadamente Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

pouco ao estilo “clientelista”³ e que vão moldando a sociedade dos dois lados do atlântico, definindo novos valores culturais e identitários, novos comportamentos, dando novos rumos à história.

Fica assim aqui aberta mais uma linha de investigação que pode conduzir a tantos outros caminhos criativos sobre a temática e que deve ser explorada, sobretudo no que toca a ligação entre os dois países, pois, apesar das 118 páginas, trata-se de um livro de bolso cujo objetivo é despertar a nossa atenção para a temática em si, bem como levar-nos a pensar para além das aparências, dado que, como o autor alerta, “[...] o investimento angolano em Portugal não se esgota, naturalmente, nos números e ligações apresentados [...] a paisagem deste investimento altera-se todos os dias” (FILIPE, 2014, p.97) e são essas alterações que irão continuar a moldar o futuro do relacionamento entre os dois países e, conseqüentemente, o futuro do relacionamento entre os dois povos e quiçá, com os restantes países lusófonos⁴. Por tudo isso afirmamos que se trata obviamente de um documento indispensável de leitura e de análise.

REFERÊNCIAS

FILIPE, C. **O poder angolano em Portugal**: presença e influência do capital de um país emergente. Lisboa: Planeta Editores, 2014.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de desenvolvimento humano 2014**. Sustentar o progresso humano: reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência. Nova Iorque: PNUD, 2014.

Recebido em 06/01/2015.

Aprovado em 23/05/2016.

³ Troca de favores, benefícios ou serviços políticos.

⁴ Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.